



LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); Interpretação e organização interna	1
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português.....	29
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos	42
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual	107
Ortografia.....	174
Acentuação gráfica	191
Emprego do sinal indicativo de crase.....	196
Pontuação	204
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta	213

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas.....	1
Equivalências lógicas.....	31
Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados. Diagramas lógicos, tabelas e gráficos.....	37
Conjuntos e suas operações.....	59
Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta.....	70
Unidades de medida: distância, massa e tempo	97
Representação de pontos no plano cartesiano	105
Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau.....	107
Porcentagem e proporcionalidade direta e inversa	122
Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica	142
Juros.....	154
Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área. Semelhança e relações métricas no triângulo retângulo. Medidas de comprimento, área, volume.....	163
Princípios de contagem e noção de probabilidade	221

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O O Ministério Público na Constituição Federal de 1988: princípios, garantias, vedações, estrutura e funções institucionais; Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas;	1
Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Procedimento investigatório criminal: instauração e tramitação, no âmbito do MPRJ (Resolução GPGJ 1.678/2011); Resolução CNMP 181/2017.	1
Inquérito civil público, procedimento preparatório, termo de ajustamento de conduta e ação civil pública, no âmbito do MPRJ (Resolução nº GPGJ 2.227/2018; Resolução CNMP nº 23/2007. Resolução CNMP nº 164/2007.	14
Instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo; Resolução CNMP nº 174/2017.....	36



Procedimentos administrativos voltados à tutela dos direitos individuais indisponíveis: instauração e tramitação (Resolução GPGJ nº 1.778/2012);	39
Organização do Ministério Público: Lei nº 8.625/93, Lei Complementar Estadual nº 106/03 e suas alterações;	39
Lei Estadual nº 5.891/2011 (Dispõe sobre o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro).	98
Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975) e seu regulamento (Decreto nº 2479 de 08 de março de 1979).	106
Resolução GPGJ Nº 2.123, de 5 de junho de 2017. Estabelece as diretrizes gerais para a implantação do programa piloto de teletrabalho no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	164
Resolução GPGJ nº 2.145, de 29 de agosto de 2017. Reestrutura a Secretaria-Geral do Ministério Público e dá outras providências.	166
Resolução GPGJ nº 2.198, de 12 de abril de 2018. Dispõe sobre o fornecimento de cópias, impressões e mídias de armazenamento e sobre a autenticação de documentos, processos e procedimentos no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	169
Resolução GPGJ Nº 2.245, de 19 de setembro de 2018. Institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	171
Resolução GPGJ nº 2.273, de 31 de janeiro de 2019. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Procuradoria Geral de Justiça e dá outras providências.	174
Portaria SGMP Nº 421, de 27 de julho de 2018. Dispõe sobre a gestão de materiais de consumo no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	177
Portaria SGMP Nº 560, de 29 de outubro de 2018. Dispõe sobre a gestão de bens permanentes no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	185

TUTELA COLETIVA E DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Tutela Coletiva - Direitos meta individuais. Direitos e interesses homogêneos, coletivos e difusos. Legitimados coletivos.	1
Instrumentos extrajudiciais coletivos. Processo coletivo. Integração normativa. Constituição Federal, leis especiais e o Novo Código de Processo Civil; Ação Civil Pública.	6
Tutela Preventiva. Tutela cautelar.	12
Mandado de segurança.	20
Mandado de injunção.	27
Ação popular.	30
Ação civil pública por ato de improbidade administrativa	39
Inquérito Civil. Resolução CNMP 23/2007 e alterações;	39
Auto composição. Resolução CNMP 118/2014. Lei Nacional de Mediação e o Novo Código de Processo Civil. Meios alternativos de composição dos conflitos coletivos;	39
Improbidade administrativa.	60
Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13);	60
Tutela Coletiva da Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Princípios e Características. Serviços, Programas, Projetos e Benefícios;	67
Tutela Coletiva da Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS). Princípios. Diretrizes	140
. Gestão do SUS;	144
Tutela Coletiva do Ambiente. Lei Nacional de Saneamento Básico. Lei de Resíduos Sólidos;	154
Tutela Coletiva Urbanística. Estatuto das Cidades. Estatuto da Metrópole. Plano Diretor; Tutela Coletiva do Patrimônio Histórico-cultural: Regime legal para proteção dos bens de natureza material e imaterial de valor histórico, artístico, cultural, turístico, paisagístico, arqueológico e paisagens naturais notáveis;	186



Tutela Coletiva Consumerista. Defesa do contribuinte. Princípios;	308
Tutela Coletiva do Idoso. Critério etário para fixação de direitos. Conceito de Idoso; Tutela Coletiva Especializada. Direito de Pessoas com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência -Lei nº 13.146/2015.	309
Direito da Infância e Juventude - Conceitos e princípios do Direito da Infância e Juventude. Competência. Procedimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Recursos; Conselho Tutelar e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Lei nº 12.010/2009; Poder familiar. Guarda, tutela e adoção; Ato infracional. Direitos e garantias do adolescente em conflito com a lei e em cumprimento de medida socioeducativa. Ação Socioeducativa. Crimes contra a criança e o adolescente.....	310

DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios de Direito Administrativo.	1
Atos Administrativos.	4
Poderes administrativos.....	22
Administração Direta e Indireta.	33
Contratos Administrativos. Licitações. Lei nº 8.666/93. Sanções administrativas, crimes e penas previstos na Lei nº 8.666/93.	50
Regime Diferenciado de Contratações Públicas.	135
Parcerias Voluntárias: Lei nº 13.019/2014;	159
Processo administrativo.	185
Agentes Públicos.....	205
Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975) e seu regulamento (Decreto nº 2479 de 08 de março de 1979).	229
Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.	283
Bens públicos.	299
Serviços Públicos.....	310
Responsabilidade Civil do Estado.....	325
Controle da Administração Pública.	340
Mandado de Segurança.....	350
Improbidade Administrativa;	350
Lei nº 12.846/2013 –Lei Anticorrupção;	359
Código Penal: dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; dos crimes contra as finanças públicas.	359

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direito Constitucional - Constituição (conceitos, classificação e supremacia);	1
Interpretação do texto constitucional;.....	7
Princípios constitucionais;	14
Direitos e garantias fundamentais;	20
Organização político-administrativa e competências dos entes federados;	63
Administração Pública e servidores públicos;	89
Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e as demais funções essenciais à justiça; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.	107
Controle de constitucionalidade;	190
Ordem econômica e financeira.	221
Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial).	241
Resolução CNMP nº 170/2017.	256



DIREITO CIVIL

As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma; Aplicação da lei no tempo e no espaço. A relação jurídica.	1
O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos; Prescrição e decadência; Pessoa física. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa. Direitos da personalidade.	13
Estatuto da Pessoa com Deficiência.	30
Pessoas jurídicas. A empresa e o estabelecimento comercial; Domicílio.	36
Os bens. Prestações, títulos e direitos. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias. Bem de família legal e convencional.	70
Do Ato Ilícito. Do Abuso de Direito. Dos Negócios jurídicos. Do Termo, da Condição e do encargo. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores; Da invalidade dos negócios jurídicos. Prescrição e Decadência.	87
Obrigações: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas. Obrigação natural. Obrigação propter rem. Obrigação solidária e obrigação indivisível.	97
Extinção das obrigações. Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Transação. Compromisso. Confusão. Remissão.	122
Dos Contratos em Geral. Das Várias Espécies de contratos: Compra e Venda, Doação, Locação de Coisas, Empréstimo, Mandato, Transporte e Seguro.	138
Da Responsabilidade Civil.	151
Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Composse. Estatuto da Terra. Parcelamento do Solo. Usucapião. Registros Públicos. Finalidade. Efeitos do registro público	196
A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Celebração e provas. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular; Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Separação judicial. Separação de fato. Efeitos.	207
Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos...	251
Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas. Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Substituições. Fideicomisso.	272
União Estável no Código Civil. Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato impuro. União homoafetiva. Casamento entre pessoas do mesmo sexo.	280
Relações de parentesco: conceito. Espécies. Linhas e graus. Efeitos legais; Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade. Adoção. Poder familiar, Tutela e Guarda. Poder familiar. Exercício do poder familiar.	306
Relações de parentesco: conceito. Espécies. Linhas e graus. Efeitos legais; Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade. Adoção. Poder familiar, Tutela e Guarda. Poder familiar. Exercício do poder familiar.	310
Tutela. Efeitos da tutela. Ausência; Curatela: noções gerais. Espécies de curatela; Estatuto da Criança e do Adolescente: guarda, tutela e adoção. Guarda compartilhada; Estatuto do Idoso.	322
Direito do consumidor: Proteção constitucional e Código de Defesa do Consumidor.....	354

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Jurisdição. Princípios, espécies e características.	1
Órgãos auxiliares da Justiça.	5
O juiz.	15
Competência. Critérios de fixação e causas de modificação; Conexão e continência.	
Prevenção.	22
Ação. Teoria Geral da Ação. Elementos da ação. Condições da ação. Concurso e cumulação de ações;	32
Processo. Princípios processuais constitucionais. Normas fundamentais do Processo Civil.	
Relação jurídica processual. Pressupostos processuais.	38
Atos Processuais (forma, lugar e tempo).	53
Prazos. Preclusões;	62
Petição inicial. Respostas do réu.	68
Partes. Capacidade e legitimação. Sucessão processual. Substituição processual.	68
Litisconsórcio. Modalidades.	84
Intervenção de terceiros. Modalidades.	88
Suspeição e impedimento.	97
Teoria geral da prova. Provas em espécie.	97
Sentença e coisa julgada;	120
Vícios dos atos processuais e suas consequências. Nulidades processuais;	120
Processo de conhecimento.	124
Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento.	173
Procedimento comum e procedimentos especiais no CPC.	178
Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009).	238
Mandado de Injunção (Lei nº 13.300/2016).	239
Ação Civil Pública (Lei 7.347/85).	239
Ação Popular (Lei nº 4.717/65).	239
Ação de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).	239
Suspensão da execução das medidas liminares e das sentenças proferidas contra o Poder Público (Lei nº 8.437/92).	239
Tutela de urgência. Tutela antecipatória de mérito e tutela cautelar. Tutela de evidência.	
Tutela provisória;	241
O Ministério Público no processo civil individual e coletivo. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta. Conflitos de Atribuição;	248
Interdição. Tutela e curatela. Inventário e partilha. Testamentos. Herança jacente;	251
Execução forçada. Processo de execução. Ação executiva. Disposições gerais	252
Formação, suspensão e extinção do processo de execução	289
Títulos judiciais e extrajudiciais.	291
Liquidação.	291
Execução contra a Fazenda Pública. Execução de alimentos.	291
Execução civil de sentença penal.	292
Execução fiscal.	293
Execução coletiva;	305
Incidentes de Arguição de Inconstitucionalidade, de Assunção de Competência e de Resolução de Demandas Repetitivas.	305
Ação Rescisória.	309
Recursos. Teoria Geral dos Recursos. Reexame necessário. Recursos em espécie;	316
Aspectos processuais do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) e Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15);	343
Processo Eletrônico (Lei nº 11.419/2006, Resolução TJ/OE 16/2009 e alterações).	397

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

Conceito do Direito Penal. Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. Fontes do Direito Penal; Interpretação e integração da Lei Penal. Analogia;	1
Princípio da Reserva Legal. Lei penal no tempo e no espaço;	20
Classificação das Infrações Penais. Conceito de crime.	35
Fato Típico. Conduta. Resultado. Relação de Causalidade. Crime Doloso. Crime Culposos. Crime Preterdoloso; Consumação e Tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento Posterior. Crime impossível;	40
Illicitude e suas causas excludentes.	60
Culpabilidade e suas causas excludentes;	67
Concurso de Pessoas;	77
Sanções penais e aplicação da pena. Penas Privativas de Liberdade. Penas Restritivas de Direitos. Pena de Multa. Medidas de Segurança; Concurso de Crimes; Suspensão Condicional da Execução da Pena (“sursis”). Livramento Condicional;	84
Causas Extintivas da Punibilidade;	121
Crimes contra Pessoa;	132
Crimes contra o Patrimônio;	171
Crimes contra a Dignidade Sexual;	207
Crimes contra a Honra;	228
Crimes contra a Fé Pública;	228
Crimes contra a Administração Pública; Crimes contra a Administração da Justiça;	249
Crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65);	295
Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);	299
Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90);	300
Crimes previstos na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93);	304
Crimes previstos na Lei de Tortura (Lei nº 9.455/97);	304
Crimes previstos no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/97);	306
Crimes previstos na Lei de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/98);.....	312
Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento);	312
Lei 11.340/06 (Lei “Maria da Penha”);	325
Lei nº 11.343/06 (Lei Antidrogas);	336
Lei nº 12.850/13 (Lei que define “Organizações Criminosas”, dispõe sobre a investigação criminal, meios de obtenção de prova etc.);	358
Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.078/90 e Lei nº 8.137/90).	358

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sistemas processuais penais.	1
Princípios processuais penais.	3
Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal;	10
Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço.	29
Persecução penal.	44
Inquérito policial, termo circunstanciado e outros procedimentos preparatórios da ação penal. Investigação criminal direta pelo Ministério Público. Arquivamento e desarquivamento de inquérito policial e peças de informação;	45
Ação penal –teoria geral, condições para o regular exercício, classificações, princípios e espécies. Ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa privada e ação penal pública de iniciativa privada. “Ação penal privada subsidiária da pública”;	60
Jurisdição, competência e atribuição. Fixação. Natureza jurídica. Conflitos. Conexão e Continência. Foro por prerrogativa de função;	71



Das questões e processos incidentes. Exceções e questões prejudiciais.	83
Persecução penal e às medidas assecuratórias na Lei de “Lavagem” de capitais (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12);	102
Prova. Teoria Geral e Admissibilidade da Prova. Meios de prova. Provas em espécie. ..	114
O regime brasileiro de interceptação telefônica.	142
Organizações criminosas.	146
Investigação criminal e meios de obtenção de prova na Lei nº 12.850/13;	146
Os atores do processo penal: o juiz, o Ministério Público, o delegado, o jurado, o investigado, o indiciado, o acusado e seu defensor, o ofendido, o assistente de acusação, o querelante, os serventuários e os auxiliares da Justiça. Os peritos e os intérpretes.	164
Impedimentos, suspeições e incompatibilidades;	175
Prisão processual. As espécies de prisão processual. O Sistema constitucional de prisão e liberdade e o sistema de prisão e liberdade do Código de Processo Penal. Medidas cautelares pessoais diversas da prisão (Lei nº 12.403/11). Prisão domiciliar. Prisão temporária (Lei 7.960/89);	180
Os atos processuais. O tempo, o lugar e a forma dos atos processuais.	206
Os atos de comunicação processual: citação, intimação e notificação. Intimação de sentença. Intimação da pronúncia. A revelia do réu e suas consequências.	209
Sentença Penal. Princípio da correlação entre a acusação e sentença.	217
Dos processos em espécie. Teoria Geral. Procedimentos comum–ordinário, sumário e sumaríssimo e especiais (Procedimento do Tribunal do Júri e Procedimento dos crimes próprios contra a Administração Pública praticados por funcionários públicos). Procedimentos especiais previstos na legislação extravagante.	226
Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95).	269
Procedimento previsto na Lei 11.340/06. Procedimento previsto na Lei 11.343/06. Procedimento previsto na Lei 12.850/13.....	288
Das nulidades;	288
Recursos. Teoria Geral. Recursos em Espécie. Ações autônomas de impugnação (o habeas corpus, a revisão criminal, a reclamação e o mandado de segurança em matéria penal); ...	298
Execução penal. Lei 7.210/84. Princípios básicos. Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade. A progressão/regressão de regime. Incidentes da execução. O Regime Disciplinar Diferenciado;.....	327
Processo Eletrônico (Lei nº 11.419/2006, Resolução TJ/OE nº 16/2009 e alterações). ...	372

SUMÁRIO